

Lista C - Arquitetos, Presente e Futuro

Conselho Directivo Nacional		
1. Teresa Maria Dias Novais Gonçalves - Presidente	4548	Norte
2. Paulo Alexandre Neves Pardelha - Vice Presidente	7123	Sul
3. Fernando Sanchez Salvador	1953	Sul
4. Pedro Alexandre Aguiar Mendes	4333	Sul
5. Luís Fernando Tavares Santos Pereira	4828	Norte
6. Manuel Diogo Farmhouse de Castro e Ataíde de Carvalhosa	5871	Sul
7. Ana Margarida Neto Vieira	7964	Norte
8. Filipe Humberto Torre Mesquita Borges de Macedo	12498	Sul
9. Vasco Henrique Matias Correia	13169	Sul
10. Joana Margarida Amorim Varajão - Suplente	24123	Norte
11. Luís Duarte Ferro - Suplente	19282	Sul
12. Luís Filipe Mendes Leocádio - Suplente	18753	Sul
Conselho de Disciplina Nacional		
1. Maria Manuel Leite Godinho de Almeida - presidente	1889	Sul
2. Alexandre Carlos de Sá Guerra Marques Pereira	2756	Sul
3. José Carlos Portugal Peixoto Santos	2871	Norte
4. Maria da Conceição Teixeira de Figueiredo Melo	2923	Norte
5. Patrícia Guimarães Cabrita Matias	3564	Sul
6. Luís Manuel Vaz Santos Ferreira Rodrigues - Suplente	4473	Norte
7. Cristina Margarida Peixoto Duarte Martins Veríssimo - Suplente	4199	Sul
Mesa da Assembleia		
1. Leonor Cintra Matos Gomes - Presidente	1051	Sul
3. Pedro Manuel Peixoto Duarte Martins Veríssimo	4460	Sul
2. Ricardo Neves de Aboim Inglez	7999	Sul
Conselho Fiscal		
1. Alberto Cruz Reaes Pinto - Presidente	434	Sul
2. Ana Isabel Sá Pereira Vinha do Vale	11315	Norte
3. Carla Patrícia Leite Ferreira Fernandes Cabral	13126	Norte
4. António Paulo Leite Brito Silva - Suplente	2691	Sul
Assembleia de Delegados Norte		
1. João Paulo Menezes Dias Pereira Rapagão	3930	Norte
2. Cristóvão Iken	4539	Norte
3. Amélia Brandão Costa da Costa Lima	13915	Norte
4. José Rafael Cerqueira Freitas	23404	Norte
5. Luís Miguel Amaral Loureiro e Santos	6776	Norte
6. Maria Francisca Bandeira Lage da Costa Lopes	23956	Norte

Arquitetos, Presente e Futuro

7. Filipa de Castro Guerreiro - Suplente	10274	Norte
8. José Manuel Castro Carvalho Araújo - Suplente	4289	Norte
Assembleia de Delegados Centro :		
1. Pedro Manuel Tavares de Almeida e Silva	7399	Norte
2. Álvaro José Amaral Pereira	18061	Norte
3. Carlos Fernando da Costa Antunes - Suplente	8523	Norte
Assembleia de Delegados Área Metropolitana de Lisboa		
1. João Pedro Simões Santa-Rita Fernandes	2203	Sul
2. Margarida Maria Grácio Nunes	1192	Sul
3. Ricardo Manuel Pereira Finuras de Carvalho	6113	Sul
4. Susana Machado Gaivoto	17287	Sul
5. Luis Filipe Azenha Bernardo	9365	Sul
6. Miguel Vieira Pereira da Silva	11250	Sul
7. Ricardo Ribeiro Machado Pedroso de Lima	19435	Sul
8. João Luís Costa Santos Ferreira	3200	Sul
9. Raquel Melo Morais	9997	Sul
10. Matilde de Menezes Vilhena Girão - Suplente	21832	Sul
11. Karin Soares Pereira - Suplente	10189	Sul
12. Rolf Heinemann - Suplente	8793	Sul
Assembleia de Delegados Alentejo		
1. Sofia Salema	5384	Sul
2. João Manuel Barros de Matos - Suplente	4041	Sul
Assembleia de Delegados Algarve		
1- Bruno Miguel Oliveira Rodrigues	17547	Sul
2- Joana Filipa da Silva Cândido - Suplente	21029	Sul
Assembleia de Delegados Região Autónoma dos Açores :		
1-Filipe de Sousa Cunha	21132	Sul
2 - João Pedro dos Reis Ferreira Cabral - Suplente	23341	Sul
Assembleia de Delegados Região Autónoma da Madeira		
1- Luís Moreira Verga	8918	Sul
2- Ana Filipa de Góis Abrantes - Suplente	9383	Sul

Arquitetos, Presente e Futuro

Mudar o Presente

O exercício da profissão Arquiteto vive atualmente um paradoxo: por um lado a sociedade celebra a excelência da Arquitetura portuguesa, por outro não lhe reconhece valor social ou económico. Os serviços do Arquiteto são vistos como um custo e não um investimento na geração de património e riqueza futura.

Temos que lutar pelo valor e o potencial multiplicador da profissão contrariando o lugar irrelevante a que os últimos anos a remeteram. Além de prestarmos um serviço ao cidadão, às empresas e à comunidade, somos economia, empregamos, gerimos e criamos valor.

A organização dos arquitetos em torno de uma Ordem é recente, conseguiu a união dos cidadãos para defender a arquitetura, mas é tempo para conquistar mais.

Em defesa do presente e do futuro dos arquitetos, são necessárias condições dignas para o exercício da profissão, e uma Ordem capaz de promover ativa e publicamente o contributo Multiplicador dos Arquitectos, e capaz de criar condições de Sustentabilidade essenciais para a profissão e para a instituição.

Antecipar o Futuro

O desafio da Ordem dos Arquitetos (OA) é político e de afirmação pública.

Temos de atingir o espaço político e mediático para combater a degradação do exercício da arquitetura, alertar para a precaridade instalada, questionar os modelos e condições da encomenda.

Temos de questionar e participar nas opções políticas sobre a gestão do território e comprometer o Estado com a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem.

Temos de construir a carreira do arquiteto, questionando dos modelos e condições dos estágios de acesso à profissão, reconhecer distintos perfis e competências individuais do arquiteto ao longo da sua carreira, reforçar a ética e a deontologia profissional e promover a justa remuneração.

Temos de disponibilizar a OA a todo o território nacional, e proporcionar uma comunicação que permita maior escrutínio, mais clareza, e maior participação e intervenção.

Queremos deixar de ser uma instituição reativa e ganhar capacidade de antecipação. Temos que monitorizar o exercício da profissão e o seu desempenho, de forma a fornecer um retrato atualizado da realidade que ajude a construir uma visão estratégica para a OA. Como sociedade precisamos de ser capazes de planear onde queremos estar num horizonte de futuro. Propomos iniciar uma reflexão multidisciplinar para perceber os principais desafios que enfrentamos até 2050, onde queremos estar nesse horizonte temporal e que papel pode ter a arquitetura.

Arquitetos, Presente e Futuro

Uma equipa Plural

Este programa e esta equipa resultam de um longo trabalho que começou com debates para ouvir os arquitectos, recolher e discutir as suas propostas, a participação no Congresso com moções estratégicas, refletindo a realidade e as expectativas da profissão. É uma equipa representativa da diversidade geracional, geográfica e profissional da arquitectura em Portugal hoje, procurando simultaneamente garantir quer a continuidade e a experiência de quem já participou anteriormente na vida associativa, quer a renovação conquistando a contribuição de quem colabora com a OA pela primeira vez.

É sobre esta equipa que cairá a responsabilidade da implementação do novo estatuto, uma oportunidade de mudança e clarificação de competências dos diferentes órgãos sociais da O.A., de proporcionar maior representatividade dos membros e de aumento de eficácia da instituição em todas as frentes de ação.

Arquitetos, Presente e Futuro

Sustentar

Consagrar a Profissão

A disponibilização de condições dignas é fundamental para podermos exercer a profissão que o Estado nos confia, e atualmente essas condições não existem, urge lutar por elas.

Queremos que a Ordem dos Arquitetos se afirme na defesa dessas condições através de uma ação política forte, com impacto mediático. Para isso temos de saber quantos somos, o que fazemos e que riqueza criamos, de outro modo não teremos instrumentos para estas ações .

Conforme contamos com os cidadãos no reconhecimento dos atos únicos e não partilhados do Arquiteto, devemos mobilizar de novo a sociedade para lutar contra a desvalorização dos serviços que prestamos.

A Ordem dos Arquitetos deve ser a referência dos atos da profissão para o Arquiteto e para o cidadão, mas também cabe a cada Arquitecto individualmente, com sentido ético e deontológico, o seu papel na defesa da profissão, combatendo a desvalorização e a falta de condições para o exercício.

Propostas:

- 1- Lutar pela justa remuneração dos honorários e da profissão** - Acreditamos na valorização dos serviços da Arquitetura, criadores de riqueza e investimento de retorno certo, e isso não se afirma com tabelas que a nada obrigam. Vai a O.A. criar instrumentos para que os Arquitetos possam demonstrar a justeza dos honorários, afirmando a complexidade e responsabilidade dos seus serviços, demonstrando os custos associados, e reivindicando uma remuneração justa, sempre associada às mais valias que os serviços criam.
- 2- Criação do Observatório da Arquitetura e do Arquiteto** - Este será um instrumento estrutural para o futuro, pois irá caracterizar a profissão e revelar a sua capacidade de criação de riqueza, informando igualmente as opções políticas da AO. Os dados do observatório serão divulgados aos membros, aferindo a eficácia das iniciativas da O.A. e servindo para que os membros possam retirar as respetivas consequências políticas.
- 3- Investir na criação de guias de apoio à prática da profissão** - Vamos produzir guias e ações de formação que ajudem o arquiteto na exigência da prática e dos seus padrões éticos. Queremos que estes guias ajudem a prática - por exemplo, nos processos de reabilitação, na contratação, na função pública - e melhorem a compreensão por parte da sociedade dos serviços do Arquiteto.
- 4- Exigir o Código da Construção** - Queremos continuar a exigir o Código da Construção, mas caso este documento legal não surja brevemente, a O.A. deverá apresentar à Assembleia da República e ao Governo português uma proposta de metodologia e organização do Código da Construção.

Arquitetos, Presente e Futuro

Multiplicar

Multiplicar na cidadania

Porque a Arquitetura é um direito que está consagrado na Política Nacional da Arquitetura, é indispensável que o Estado assuma a consagração deste direito nas suas ações.

É dever da Ordem desenhar soluções com o Estado para que existam as condições efetivas para que este direito esteja disponível para todos.

Urge igualmente estar presente quando a cidadania o exige, e para isso devemos estar preparados para dar as nossas respostas em cenários de urgência, pois só assim reafirmarmos a nossa indispensabilidade na sociedade onde pertencemos.

Propostas:

- 5- Bolsa de Arquitetos Oficiosos** - É necessário democratizar a reabilitação apoiando as populações carenciadas que não têm possibilidade de contratar os serviços do Arquiteto, nomeadamente em processos de reabilitação, legalização etc. À semelhança dos advogados oficiosos, a Bolsa dos Arquitetos Oficiosos permitirá responder a esta necessidade.
- 6- Bolsas dos Arquitetos de Emergência** - O papel do Arquiteto é o da cidadania e da solidariedade e deve a O.A. promover este desígnio da profissão. A Ordem promoverá a formação específica de Arquitetos em conjunto com a Autoridade Nacional de Proteção Civil para responder a desastres naturais e outras emergências, quer a nível nacional, quer a nível internacional.
- 7- Igualdade fiscal para os serviços de Arquitetura** - Reivindicar ao Estado o alargamento dos benefícios fiscais dos serviços de Arquitetura em sede de IRS, e propor a inclusão do IVA a 6% nos projetos de reabilitação, em igualdade com outros prestadores de serviços.
- 8- Formar a cidadania** - Promover a inclusão da Arquitetura nas matérias do ensino obrigatório, nas disciplinas do estudo do meio, história, geografia, economia, etc. O ensino do que é a Arquitetura e do modo como ela molda o nosso território e cria o nosso património, servirá para que esta comece a ser entendida como valor, deixando para trás o anátema de um custo supérfluo que o desconhecimento da sua importância promove.

Arquitetos, Presente e Futuro

Multiplicar na Economia

Temos que valorizar e multiplicar a profissão contrariando o lugar irrelevante a que os últimos anos a remeteram.

Há um paradoxo que temos de ultrapassar, por um lado a sociedade celebra a excelência da Arquitetura portuguesa, por outro não lhe reconhece valor económico.

Prestamos um serviço ao cidadão, às empresas e à comunidade, mas também somos economia, empregamos, gerimos e criamos valor. Os Arquitetos são agentes da produção e geração de património e riqueza futura.

Propostas:

- 9- Divulgar valor** - Pretendemos divulgar as mais-valias económicas dos serviços do Arquiteto e a sua cadeia de valor junto dos fóruns dos promotores e agentes políticos. Queremos fazer desta ação o meio primordial de promoção dos serviços do Arquiteto, sem abandonar a divulgação da Arquitetura como produção cultural.
- 10- Promover competências** -A aposta na utilidade da O.A. para os seus membros deverá passar pela criação de formações dedicadas à gestão de projeto, revisão de projeto, áreas da gestão, regulamentação, *marketing*, etc., que alarguem as competências dos Arquitetos, promovendo a obtenção de rendimento pelos membros.
- 11- Ampliar sinergias**- Tal como no projeto e na obra, este é um setor de parcerias. A O.A. deve ter a iniciativa de concertar vias de diálogo eficazes com outros grupos profissionais e agentes da construção para explorar novas combinações, ampliar a viabilidade do setor, reduzir a conflitualidade e melhorar a qualidade do ambiente construído.

Arquitetos, Presente e Futuro

Comunicar mais, comunicar melhor

Queremos que a comunicação da O.A. seja um instrumento político claro na tomada de posições que a O.A. adote perante a sociedade.

Queremos também que a comunicação da Ordem se torne num auxiliar do Arquiteto na sua prática e que seja um canal de receção eficaz às dúvidas e preocupações dos membros.

Porque a Ordem é de todos, o seu escrutínio é um direito que assiste aos membros.

Propostas:

- 12- Mais intervenção na cidadania** - Vamos tornar a O.A. mais interventiva, com uma comunicação mais coerente que afirme a sua imagem institucional, ampliando a eficácia das suas tomadas de posição nas políticas nacionais, lutando sempre pela afirmação da visão dos Arquitetos como voz a ser ouvida no desenvolvimento do país.
- 13- Mais utilidade** – É necessária uma comunicação eficaz de todas as alterações que afetem a prática da profissão, facilitando o seu exercício. É também necessário um canal que permita aos membros comunicar à Ordem as suas preocupações eficazmente. Vamos incorporar nas nossas tomadas de posições e na nossa estratégia essas preocupações, reforçando o papel da O. A. ao serviço dos seus membros.
- 14- Maior clareza** - Deve a O.A. assumir-se como a entidade de referência sobre serviços do Arquiteto. Cabe à O.A. a divulgação clara, eficaz e inequívoca da interpretação que tem acerca de processos e procedimentos legislativos, regulamentares e técnicos que afetam a profissão, pois só deste modo poderemos ser a referência que os cidadãos e os Arquitetos merecem.
- 15- Maior escrutínio** - Vamos fornecer aos membros relatórios periódicos da nossa atividade, e vamos tornar mais claro e transparente o modo como o nosso orçamento é efetivamente aplicado. Só com mais exigência se transforma uma realidade que não satisfaz.

Arquitetos, Presente e Futuro

Multiplicar na encomenda

Atualmente a encomenda pública e privada promovem a desvalorização da Arquitetura, optando pelo menor preço, pelo mais próximo, revelando a impreparação das entidades promotoras quando iniciam estes processos, comprometendo os resultados que deveriam alcançar.

A encomenda pública deve ser a referência. Atualmente existe uma subversão deste princípio, olhando os serviços do Arquiteto como um custo e não um investimento, pondo em causa os valores e missão do bem público.

A encomenda pública deve promover a transparência dos processos, a diversidade dos procedimentos e a democratização do acesso à encomenda. Este exemplo influenciará a encomenda privada, valorizando os serviços do Arquiteto e qualificando os investimentos.

Propostas:

- 16- Mais concursos de projeto** - Hoje menos de 1% da encomenda pública é resultado da escolha do mérito das propostas. Vamos propor um protocolo que estabeleça metas com o Estado para a encomenda pública, para que num prazo de 6 anos se atinja uma cota de 25% de concursos cujo critério de seleção seja a qualidade do projeto, como medida integrada na Política Nacional de Arquitetura.
- 17- Mais Arquitetos nos projetos públicos** - O mercado público representa 20% dos serviços de Arquitetura em Portugal concentrado num pequeno número de profissionais. Propomos ainda a criação de Bolsas bianuais para a contratação de serviços do Arquiteto na categoria dos ajustes diretos e que os critérios de acesso à encomenda contemplem a entrada de novos profissionais.
- 18- Mais realidade na encomenda** - Vamos atuar para que exista uma mudança de cultura dos decisores públicos e privados. Pretendemos criar uma metodologia que assista a ambos na definição dos prazos e valores da encomenda, utilizando os dados do Observatório da Arquitetura como base estatística, associado a estudos económicos dos custos dos serviços do Arquiteto.

Arquitetos, Presente e Futuro

Sustentar

Consagrar o Arquiteto

É missão da O.A. a certificação e a promoção de competências do Arquiteto. Até hoje, a O.A. reconheceu competências da classe. No futuro a O.A. tem de assegurar um reconhecimento individualizado, porque só assim o Arquiteto poderá responder à complexidade e às responsabilidades acrescidas que a profissão exige.

O reconhecimento de um percurso individual, assim como dos diferentes patamares da carreira do Arquiteto, dos pequenos ateliers às grandes empresas. Dignificar a profissão, demonstrando a responsabilização e capacitação de cada etapa, promovendo a justa remuneração.

Propostas:

- 19- Construir a carreira do Arquiteto** - Queremos implementar o reconhecimento da O.A. do percurso profissional e formativo do Arquiteto. Este registo tem como objetivo a valorização profissional do Arquiteto, nomeadamente na clarificação da remuneração do Estagiário ao Arquiteto Sénior, ao mesmo tempo que promove a transparência e clareza nas relações profissionais.
- 20- Promover as competências do Arquiteto** - É missão da Ordem ter uma política de formações, para garantir a todos os Arquitetos os instrumentos necessários para responder às diferentes áreas da profissão. Queremos que a formação da O.A. se aproxime dos seus membros, nomeadamente através da implementação de ações de formação através de plataformas *online*, minimizando deste modo disparidades geográficas.
- 21- Fórum dos Arquitetos da Administração Pública** - Propomos a criação de uma estrutura que valorize o exercício da profissão na administração pública, promovendo um diálogo e uma reflexão permanente que transmita as dificuldades do exercício da profissão nestes cargos à O.A. e que promova simultaneamente o reconhecimento do seu papel na qualificação do nosso território e na defesa da Arquitetura.
- 22- Reconhecer a especialização do Arquiteto** - Conforme disposição estatutária, vamos criar o Regulamento do Título de Especialista. Queremos que este regulamento sirva para demonstrar o conhecimento específico dos Arquitetos e que esse reconhecimento seja instrumento político nos processos de alterações legislativas. Temos de encontrar mecanismos que salvaguardem o direito dos membros ao título de especialista, sem que este direito ponha em causa o carácter humanista e generalista da profissão.

Arquitetos, Presente e Futuro

Sustentar

Acesso ao Futuro

O estágio à Ordem dos Arquitetos deve ser um momento de grande valia para quem tem, justamente e por direito, as maiores expectativas para o futuro.

A O.A. deve definir com clareza os direitos e os deveres das partes envolvidas no acesso à profissão. A O.A. não se pode demitir de verificar e fiscalizar a qualidade e condições do estágio, criando instrumentos adequados para o efeito.

Em relação ao ensino, o diálogo com a Academia e com os alunos, para além do espaço institucional existente, é primordial para formar melhores profissionais no futuro. Deve a O.A. igualmente assumir-se como um parceiro exigente junto das instituições de ensino, salvaguardando o interesse da formação dos futuros Arquitetos.

Propostas:

- 23- Monitorizar o estágio e definir competências a adquirir** - Vamos monitorizar durante dois anos a implementação do atual e recente Regulamento de Inscrição e Estágio para poder aferir a sua eficácia. Queremos estabelecer metas e competências necessárias a adquirir no estágio para os jovens Arquitetos iniciarem a profissão com segurança e responsabilidade. Serão criados manuais para o estagiário, o orientador e a entidade acolhedora.
- 24- Propor alternativa e apoiar o Estagiário** - Vamos propor um novo modelo de admissão com um percurso alternativo assente em módulos de formação alternados com módulos em ambiente profissional para poder colmatar a imprevisibilidade do mercado na absorção dos estagiários. Vamos reinstaurar a Provedoria do Estagiário e criar uma cultura nos serviços de apoio ao estagiário, nomeadamente no que concerne a eventuais situações disciplinares e/ou criminais.
- 25- Estudantes para a Ordem** - Vamos convidar todos os estudantes de Arquitetura em Portugal a tornarem-se membros correspondentes da Ordem, envolvendo-os com a realidade da Ordem desde o início dos estudos, permitindo desse modo uma aproximação crescente à Ordem.
- 26- Fórum Academia, Fórum Professores e Plataforma Ensino** – Vamos criar o Fórum Academia para potenciar as sinergias entre as Universidades e a O.A. Com o mesmo propósito, vamos criar o Fórum dos Professores de Projeto para servir como espaço de reflexão entre o exercício e o ensino da Arquitetura. Para os candidatos existirá uma plataforma de apoio que permita aos futuros Arquitetos terem uma imagem clara e concisa da oferta formativa de Arquitetura em Portugal, disponibilizando os respetivos planos curriculares, corpos docentes, etc.

Arquitetos, Presente e Futuro

Multiplicar

Acesso ao mercado global

A atividade dos Arquitetos a trabalhar em Portugal já não se confina ao território nacional.

Queremos reforçar o papel da Ordem dos Arquitetos na internacionalização dos serviços de Arquitetura, no reconhecimento e na creditação dos Arquitetos portugueses no mercado global.

A O.A. deve assumir a eficácia destes processos de creditação como uma tarefa prioritária.

Propostas:

- 27- Promoção da creditação internacional** - É da responsabilidade da O.A. criar mecanismos internos para o reconhecimento dos Arquitetos portugueses que vão exercer ou prestar serviços para outros países, quer na União Europeia quer no resto do mundo. Esses mecanismos devem assegurar a equivalência aos sistemas existentes noutros países onde vigora a formação contínua obrigatória, ou de progressão na carreira e creditação do Arquiteto.

- 28- Dar utilidade à política externa da Ordem** - É necessário definir objetivos políticos claros na participação da O.A. no Conselho de Arquitetos da Europa, na União Internacional de Arquitetos e no Conselho Internacional dos Arquitetos de Língua Portuguesa. O reforçar a presença da O.A. nestes fóruns, nomeadamente no CAE, é um dos poucos meios que temos de influenciar o Parlamento e a Comissão Europeia em quadros legislativos futuros, como a Diretiva das qualificações, da contratação pública, ou da responsabilidade profissional, entre outras.

- 29- Investir na internacionalização da Arquitetura Portuguesa** - Reivindicar junto da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) e do Ministério dos Negócios Estrangeiros, mecanismos específicos e adequados à internacionalização das empresas de Arquitetura. Queremos também promover a divulgação intensiva de concursos internacionais junto dos nossos membros, através de protocolos de acesso preferencial a plataformas internacionais de concursos.

Arquitetos, Presente e Futuro

Sustentar

A Ordem dos Arquitectos somos nós

Cabe a este mandato desenhar um novo relacionamento institucional entre os Órgãos decorrente do novo Estatuto da Ordem dos Arquitectos.

Urge à O.A. reinventar-se criando uma estrutura mais eficiente em todas as frentes de ação, com maior proximidade aos seus membros e onde todos se sentem representados.

Promover a Ética no desempenho profissional dos Arquitectos, e informar dos princípios deontológicos é indispensável na luta contra a desregulação do exercício da profissão.

Propostas:

- 30- O.A. para todos** - A Ordem tem de se disponibilizar a todo o território nacional conforme estipulado em Estatuto. Vamos criar um Regulamento das Secções Regionais e de Estruturas Locais da O.A. claro e transparente, iniciando o processo de instalação das novas secções regionais completado de modo que as eleições do próximo triénio contem já com estas novas secções.
- 31- Congresso reinventado** - Queremos que o Congresso seja fórum de reflexão multidisciplinar para perceber os principais desafios que enfrentamos até 2050, onde queremos estar nesse horizonte temporal e que papel pode ter a arquitetura. Queremos um congresso mais participativo e democrático, e que dele parta a visão estratégica da Ordem dos Arquitectos. Para isso serão abertos fóruns de discussão com grande antecedência, onde todos possam participar, com transmissões *online*.
- 32- Ética como prática** – promover para todos os membros ações de formação de formatos diversos, inclusive *online*, em Ética e Deontologia, de modo a prevenir a ação do Conselho de Disciplina. Reforçar a formação em Deontologia dos membros estagiários.
- 33- Dar voz às sociedades profissionais** - Propomos a criação de um fórum das sociedades profissionais criando canais de comunicação privilegiados com esta nova categoria de membros. Só deste modo poderemos ter uma visão mais alargada da complexidade do exercício da profissão.
- 34- Conselho Consultivo dos Presidentes da Ordem dos Arquitectos** – porque é fundamental ampliar a voz política da O. A. e porque é fundamental aumentar a sua eficácia propomos criar o Conselho Consultivo dos Presidentes da O.A., onde os antigos presidentes podem partilhar as experiências políticas e o seu conhecimento da instituição nos mais diversos assuntos.